

ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*Auta Rojas Barreto
Iara Moussatché
Tania Regina Adour dos Santos*

Resumo

A Academia Nacional de Medicina, entidade civil, fundada em 1829, e que tem como objetivo desenvolver a ciência médica no país, mantém um Centro de Documentação e Informação constituído por Biblioteca, Arquivo e Museu.

Ao longo dos anos, desde sua fundação, tem atuado com destaque no campo médico-científico nacional. O registro dessa memória histórica foi efetivado através de seu arquivo.

Considerando a importância do material que compõe esse acervo e a garantia de sua conservação, objetivando-se porém fazer uso dele, torná-lo ao mesmo tempo exposto com segurança, utilizável mas sem possibilidade de deterioração, enfim, ao mesmo tempo em que está à mostra encontra-se arquivado e preservado, elaborou-se então um projeto visando a atingir esses propósitos.

Foram efetuados estudos das principais causas de deterioração de papéis, e baseando-se em mostras como do Arquivo Nacional de Paris e de principais Museus Postais, onde estão expostas as coleções filatélicas, optou-se pela utilização de um sistema semelhante.

O presente trabalho visa a dar conhecimento da sistemática adotada, sob o ponto de vista técnico e físico.

A apresentação obedecerá a um roteiro audio-visual, tendo como introdução a história da própria Academia Nacional de Medicina contada através dos documentos que compõem o acervo.

1. Notícia Histórica do Ensino Médico no Brasil, da Academia Nacional de Medicina e Alguns de seus Ilustres Mestres.

1.1. O Ensino Médico no Brasil

No século XVI, as atividades científicas em Portugal eram desordenadas e sem sistematização. No início da colonização brasileira, estava em vigor a lei chamada "Regimento do Cirurgião-mor dos Exércitos" e, sob esse regime, chegaram os primeiros cirurgiões ao Brasil.

Pela falta absoluta de médicos para atender à população, aparecem os curandeiros e sangradores. Eram utilizados ainda os recursos de conhecimentos empíricos dos índios, acrescidos de rudimentos de medicina trazidos pelos jesuítas. Tanto uns como outros foram elementos importantes nos primórdios da medicina brasileira. Faltava entretanto o médico diplomado, competente em cirurgia, clínica geral e ciências afins.

Com o desenvolvimento crescente do país, Portugal criou a 17 de junho de 1782, em Lisboa, a Junta do Protomedicato, extinguindo os cargos de Físico-mor e Cirurgião-mor. Essa Junta, depois chamada de Real Junta de Protomedicato, elaborou o regimento pelo qual as boticas seriam fiscalizadas

e os clínicos passariam por um exame de habilitação. O Senado da Câmara fiscalizava o serviço médico, submetendo à verificação oficial as habilitações dos candidatos.

Quem provasse haver praticado um mínimo de quatro anos em um hospital ou botica, estava habilitado a ser examinado pela Junta.

No caso de ser concedida a aprovação, seus documentos eram remetidos, através de carta, com requerimento do interessado, para Lisboa, de onde vinha a palavra final. Entretanto, essas permissões continham limitações de atividades. Só podiam sangrar, sarjar, aplicar bichas e ventosas, curar feridas, tratar luxações, fraturas e contusões. Era-lhes vedado administrar medicamentos e tratar de moléstias internas, só havia exceção para locais onde não houvesse médicos. Para ser considerado "médico", era preciso ser formado pela Universidade de Coimbra. Eram pois, os licenciados pelo Protomedicato, pouco mais que enfermeiros. As "comadres" (parteiras) também eram submetidas às licenças, pois, além do parto, curavam doenças ginecológicas.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, diversos progressos fizeram-se sentir, principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Com a Família Real, aqui chegou o médico José Corrêa Picanço, que obteve do Príncipe Regente, D. João, a permissão para a criação da "Escola de Cirurgia" no Hospital Militar na Bahia. Esta instituição médica brasileira, fundada a 18 de fevereiro de 1808, situou-se em Salvador.

A 5 de dezembro de 1808, foi fundada no Rio de Janeiro a "Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica".

Só a partir de 1826, após a Independência, as escolas puderam funcionar livremente, conferindo diplomas.

Continuava existindo, todavia, o sistema de conferir licença de prático a parteiras, sangradores, dentistas e boticários. Os diplomas concedidos a partir do decreto do Imperador D. Pedro I, datado de 9 de setembro de 1826, eram válidos desde que o aluno repetisse os dois últimos dos cinco anos do curso, e isto consta nos diplomas.

Esse ato do Imperador D. Pedro I foi muito importante, pois pode-se dizer que constitui o primeiro grande impulso dado ao ensino médico no Brasil.

Em 1830, a recém-fundada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro é consultada pela Câmara dos Deputados, sobre a remodelação dos cursos médicos. Foi organizada uma comissão que enviou o projeto à Câmara, onde foi aprovado com pequenas modificações. Serviu posteriormente de base à organização completa do ensino médico brasileiro.

1.2. Documentos contam a história da Academia

Joaquim Cândido Soares de Meirelles, mineiro, recém-formado na Escola de Medicina de Paris, ao regressar ao Brasil, obteve no Rio de Janeiro o lugar de clínico no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Iniciou seus trabalhos ao lado do Dr. Luiz Vicente De Simoni, médico italiano, tendo mantido os dois, como colegas e colaboradores, o mesmo entusiasmo pela profissão. Dessa amizade, nasceu em uma enfermaria da Santa Casa da Misericórdia a idéia que, esboçada por Meirelles, espalhou-se entre o grupo de

amigos médicos: criar uma Sociedade Médica com a finalidade de cuidar desveladamente de todos os problemas que dissessem respeito ao bem estar e à integridade física da população, promovendo no país o gosto pelos estudos médicos e o interesse pelo progresso da ciência. Luiz Vicente De Simoni, José Martins da Cruz Jobim, José Francisco Xavier Sigaud e Jean Maurice Faivre participaram ativamente do planejamento e organização dessa associação médica.

Os fundamentos da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, foram lançados em 28 de maio de 1829, sendo redigidos por Sigaud e assinados pelos demais companheiros. Consta ainda, nessa ata, a assinatura de José Mariano da Silva.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, além de objetivos científicos, propunha-se a colaborar com o governo no que dissesse respeito à Saúde Pública, empenhando-se também em prestar socorro e atendimento grátis aos necessitados.

A 30 de junho de 1829, foi oficialmente fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Os estatutos aprovados, foram redigidos por Sigaud. Resolveram considerar membros natos os quatorze presentes a sessão: Joaquim Cândido Soares de Meirelles, Luiz Vicente De Simoni, José Francisco Xavier Sigaud, José Mariano da Silva, Jacintho Rodrigues Pereira Reys, Joaquim José da Silva, Antônio Américo de Urzedo, José Maria do Valle, Octaviano Maria da Rosa, José Augusto Cesar Menezes, Christovão José dos Santos, Fidelis Martins Bastos, Antonio Joaquim da Costa Sampaio, João Alvares Carneiro e Antonio Martins Pinheiro. Nessa ocasião, foi então escolhida a diretoria: Presidente – Joaquim Cândido Soares de Meirelles; Secretário – Luiz Vicente De Simoni; Arquivista e Tesoureiro – José Martins da Cruz Jobim.

Através de um ofício assinado pelo Marquês de Caravellas, datado de 30/01/1830, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro tomou conhecimento da aprovação de sua fundação e seus respectivos estatutos.

Com a doação de alguns livros de medicina oferecidos por Marianno José Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá, iniciou-se a formação da Biblioteca da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

A sessão solene que tornou pública a inauguração da entidade foi realizada a 24 de abril de 1830, na sala do Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, com a presença de seu Presidente Honorário, José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravellas, Ministro do Império, e de mais de trezentos convidados. Feita a leitura do decreto imperial de aprovação, usaram da palavra o Presidente, Dr. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, e o Dr. José Martins da Cruz Jobim, orador oficial.

Devido a sua grande importância, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro era regularmente consultada através de ofícios e cartas enviadas por instituições privadas e órgãos oficiais do Império, sobre problemas referentes à Saúde Pública.

Correspondências foram trocadas com sábios estrangeiros de renome, como Von Martius, Saint Hilaire, Guizou, Pasteur, além de outros.

Durante a Regência, em 1835, a Sociedade de Medicina do Rio de

Janeiro passou a ser denominada Academia Imperial de Medicina, com novos estatutos e outro regimento interno.

Este nome perdurou até 1889, após a Proclamação da República, quando passou a denominar-se Academia Nacional de Medicina. Deixa também a Academia, nessa data, de ser uma entidade oficial, perdendo o subsídio que do governo recebia, ficando responsável pela escolha de seus futuros membros, não precisando da nomeação por portaria ministerial para a admissão dos mesmos e nem de prestar contas dos atos e movimento financeiro da entidade. Mantém entretanto o Ministro do Interior como Presidente Honorário. E é sob a presidência do Dr. José Cesário Alvim, Ministro do Interior, e com a presença do Marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República, que se realiza a próxima sessão solene de aniversário, em 1890.

1.3. Acadêmicos fazem a História da Medicina.

No decorrer de sua história, renomados médicos e farmacêuticos compõem seus quadros de membros titulares, correspondentes ou honorários.

Fatos curiosos aconteceram, como o ingresso de uma mulher que foi membro titular da Academia Imperial de Medicina – Madame Maria Josephina Mathilde Durocher.

De origem francesa, veio para o Brasil em 1816, tendo cursado o Curso Obstétrico da Faculdade de Medicina. Foi o primeiro diploma conferido em sua especialidade. Veio a ser admitida a 12/4/1871 no quadro de membros titulares da Academia Imperial de Medicina.

Exerceu sua profissão na mais modesta residência e no Paço Imperial, onde a princesa Leopoldina, filha do Imperador, era sua cliente. Foi desinteressada, altruísta, possuindo vasta clientela. Formou às suas custas duas parteiras. Foi profissional competente e de grande honestidade. Na última sessão da Academia Imperial de Medicina, assistida pelo Imperador, em 30 de junho de 1889, o Secretário Geral, Acadêmico Alfredo Piragibe, disse dela o seguinte:

“A nossa colega Durocher, companheira fiel de todos os tempos, bons ou maus, desta Corporação, com a intuição da dupla missão que sua especialidade impõe-lhe, vela também pelo recém-nascido e de quando em quando, vem trazer um subsídio para a obra da conservação da saúde do infante, isto é, para a obra do futuro”.

Com o correr do tempo entram para a história da medicina brasileira, nomes famosos, como o Dr. José Cardoso de Moura Brasil, 1º presidente da atual Academia Nacional de Medicina, eleito em 1889.

Miguel de Oliveira Couto, foi sem dúvida outro grande expoente médico nacional.

Nascido em 1º de maio de 1865, no Rio de Janeiro, doutorou-se em Medicina, com 20 anos, pela Faculdade de sua terra natal. Exerceu a clínica no bairro da Saúde, atendendo a população pobre da capital da República. Professor de Clínica Médica, ensinou a sucessivas gerações. Membro titular da Academia Nacional de Medicina, exerceu a presidência por dois decênios,

recusando o cargo de presidente perpétuo, contrariando decisão de seus pares. Faleceu em 6 de junho de 1943, tendo deixado em sua obra de cientista e mestre um marco histórico em nossa medicina.

Carlos Justiniano Ribeiro das Chagas, cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 1903. No ano seguinte foi nomeado médico dos hospitais da Diretoria Geral da Saúde Pública, sendo, logo após, designado para chefiar a Comissão de Estudos da Profilaxia Anti-amarílica em Minas Gerais. Em 1908, foi para o Instituto Oswaldo Cruz como assistente, tornando-se seu diretor 9 anos depois. Trabalhando com Oswaldo Cruz, em Manguinhos, apresentou seus estudos em sessão da Academia Nacional de Medicina. Foi tão grande a importância da descoberta do “*nomo morbus*” e de sua causa que, Miguel Pereira, presidente da entidade, propôs a inclusão de Carlos Chagas como membro titular, independente de vaga, o que foi efetivado. Venceu todas as contestações feitas à descoberta da causa da “*tripanosomiase americana*”, depois chamada “*doença de Chagas*”. Conseguiu renome internacional como pesquisador da moléstia, cujo micróbio-*tripanosoma Cruzii* – nome dado em homenagem a Oswaldo Cruz – foi o primeiro a classificar. Foi muito contestado na época. Houve quem o contradissesse e quem o aplaudisse até mesmo em âmbito internacional.

Pesquisador, higienista, professor, orador, percorreu sua carreira com tenacidade e recebeu a glorificação final dos vitoriosos.

Se quisermos esquematizar a história da febre amarela no Brasil, teremos: Governo, Oswaldo Cruz e o mata-mosquitos. Os primeiros grandes surtos da febre amarela são mencionados na História do Brasil a partir do séc. XVI em Olinda e Salvador e, com destaque, no séc. XIX no Rio de Janeiro. Na época em que a febre fez centenas de vítimas no Brasil, foi convidado para diretor da Saúde Pública, o Dr. Oswaldo Cruz, que recebeu do Pres. Rodrigues Alves, através de seu ministro J.J. Seabra, poderes especiais para agir. Foi grande a sua luta para armar o programa saneador da cidade. A descoberta do mosquito, como responsável pela transmissão da febre amarela, encontrou resistência em sua aceitação. Chamou a atenção para que as regiões atingidas, no Brasil e em Cuba, eram predominantemente tropicais e com florestas. Disto, concluiu que o clima quente e úmido favorecia a sua disseminação através da proliferação de mosquitos. Era urgente extingüí-los. A famosa “*Brigada de mata-mosquitos*” foi o exército vencedor dessa campanha.

A influência científica e sanitária de Oswaldo Cruz não se restringiu a campanhas saneadoras. Fez muito mais, lançando bases para uma luta anti-tuberculose, pondo-se também em busca da cura da malária.

Destacou-se também Oswaldo Cruz, como implantador do tempo integral de trabalho, com melhoria de salários e instituidor do trabalho de equipe, pois obrigava seus colaboradores a participarem de reuniões, apresentando contribuições com documentos e pesquisas. Criou a melhor biblioteca de biologia do país e conseguiu pesquisadores de renome para participar de grupos de trabalho.

Manoel de Abreu quando, em 1916, trabalhava no Laboratório Central de Radiologia do Hotel Dieu, em Paris, produziu diversos trabalhos que foram

apresentados à Academia Nacional de Medicina de Paris, em que, estabelecia a radiologia da tuberculose pulmonar em bases científicas. Na verdade, são dessa época os estudos sobre o germen e do método posteriormente denominado abreugrafia.

Voltando ao Brasil, em 1922, dedicou-se exclusivamente à radiologia, especialmente aplicada à tuberculose, até que, em 1936, como resultado dos trabalhos práticos que executava na antiga Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, começou a aplicar no Centro de Saúde nº 3, a fotografia do “écran” radioscópico, hoje mundialmente conhecida como “abreugrafia”.

Em 1951 foi indicado por Egas Moniz para o prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina.

Cientista, poeta e filósofo, publicou livros, em todas essas áreas, deixando, ainda, três trabalhos inéditos.

2. O Arquivo da Academia Nacional de Medicina

2.1. *Características físicas.*

A memória da medicina brasileira está em grande parte preservada, graças a uma preocupação, nesse sentido, observada desde a fundação da Academia Nacional de Medicina. É interessante chamar a atenção para o fato de que em sua primeira diretoria já havia um cargo de arquivista-tesoureiro, ocupado por José Martins da Cruz Jobim.

Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, Academia Imperial de Medicina, Academia Nacional de Medicina, foram nomes subseqüentes de uma mesma instituição, que atuou e atua sempre no desenvolvimento da ciência médica nacional, sem esquecer porém que o hoje, amanhã poderá ser história. É preciso preservar os documentos do presente com vistas ao futuro.

No próprio cerimonial de ingresso dos acadêmicos, consta a apresentação de uma memória e trabalho científico inédito.

O cuidado e desvelo que esse material, além de documentos da própria instituição, teve através dos tempos, tornou possível fazer do Arquivo da Academia Nacional de Medicina um modelo com instalações físicas adequadas. (Fotos 1 e 2).

Os sistemas de armazenamento e exposição estão intimamente relacionados.

Consistem em trainéis e prateleiras, onde os documentos permanecem guardados e expostos ao mesmo tempo. Os trainéis ficam embutidos verticalmente, podendo ser puxados e movimentados para a direita ou esquerda. Os documentos estão expostos entre vidros e sua leitura pode ser feita se estiver escrito em ambas as faces do papel. (Fotos 3 e 4)

Os trainéis são fixados por pinos de metal, de modo a permitir uma rotação de 180º e a dinâmica do acesso para consulta assemelha-se à leitura de um livro, ao se passar cada página. (Fotos 5 e 6)

Logo abaixo da base dos trainéis, há pequenas pranchas embutidas, (Foto 7) que também podem ser puxadas, a fim de permitir ao usuário o registro de sua pesquisa.

Os trabalhos que têm várias páginas presas e os diplomas de grandes proporções, ou com selos em caixas de prata, ficam nas prateleiras horizontais. (Foto 8)

Para se expor o material nos trainéis, após sua colocação entre os vidros, estes são presos por duas canaletas de metal, que os fixam nas laterais. A parte superior das canaletas tem uma alça que serve de sustentação para que os vidros entrem na moldura dos trainéis. (Foto 9)

No planejamento desse arquivo, consideramos quatro pontos importantes:

- Influência do meio ambiente. (fig. 1)
- Principais causas de deterioração (de acordo com trabalhos internacionalmente reconhecidos). (fig. 2)
- Exposições de coleções filatélicas nos Museus Postais da França, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Espanha e Estados Unidos.
- Exposição de documentos no Arquivo Nacional de Paris.

A prática de manutenção de importantes coleções filatélicas, como, por exemplo, a da Coroa Britânica ou a da Fundação Smithsonian, em móveis semelhantes, serviram realmente de base para o projeto físico, pois o selo é sem dúvida, um dos materiais colecionáveis de mais difícil conservação, por ser de papel, em pequenas dimensões, impresso, colorido e pela cola existente no verso. Ao observarmos que todos os grandes museus postais utilizam-se desse sistema de guarda e exposição, verificamos que seria perfeitamente viável a transferência dessa prática para os documentos da Academia.

Acreditamos ter conseguido, através desse tipo de arquivo, superar os problemas da influência do meio ambiente e as principais causas de deterioração, além da evasão dos documentos, pois o sistema expõe sem contudo permitir o manuseio do material.

2.2. *Processamento técnico*

2.2.1. Seleção

Visando principalmente efetuar um trabalho técnico de alto nível, e definitivo, em termos de organização, estabeleceu-se:

I – Selecionar o acervo do arquivo nas seguintes categorias:

- I – Iconografia
- D – Diplomas
- Do – Documentos
- Co – Correspondência
- T – Trabalhos
- M – Miscelânea
- H – Hemeroteca

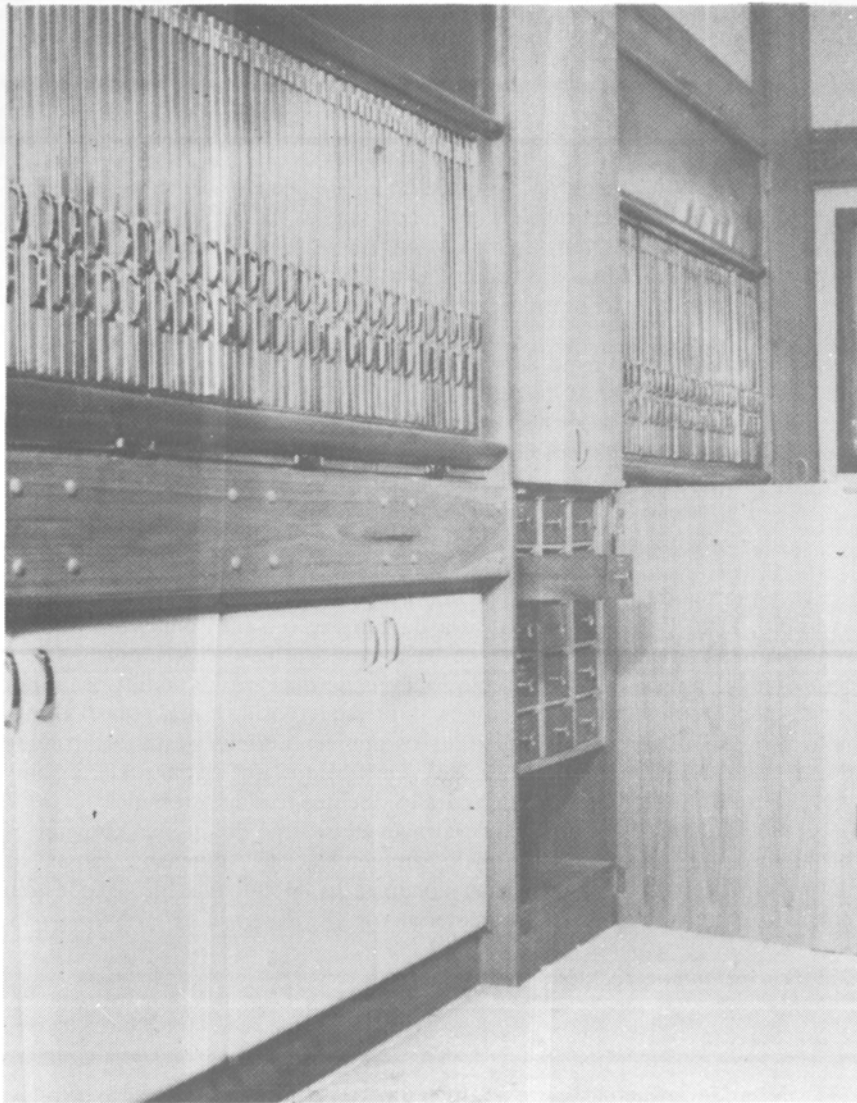


Foto 1



Foto 2

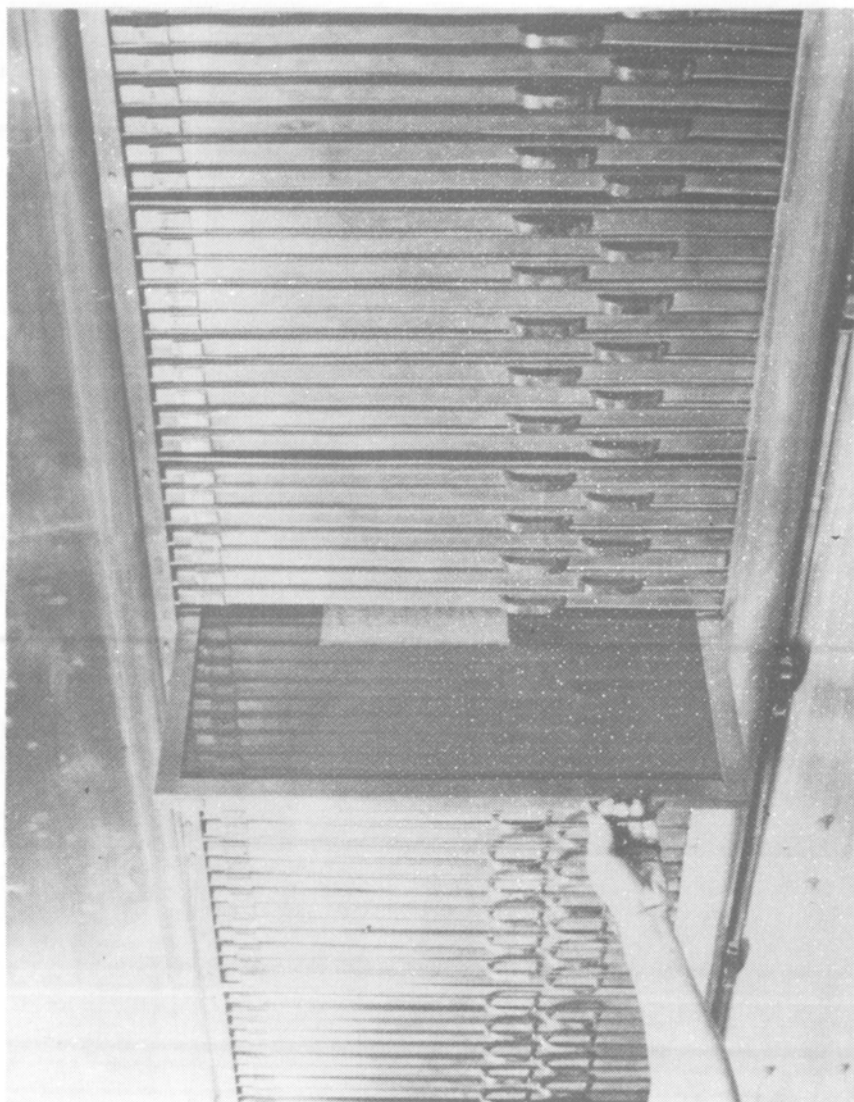


Foto 3

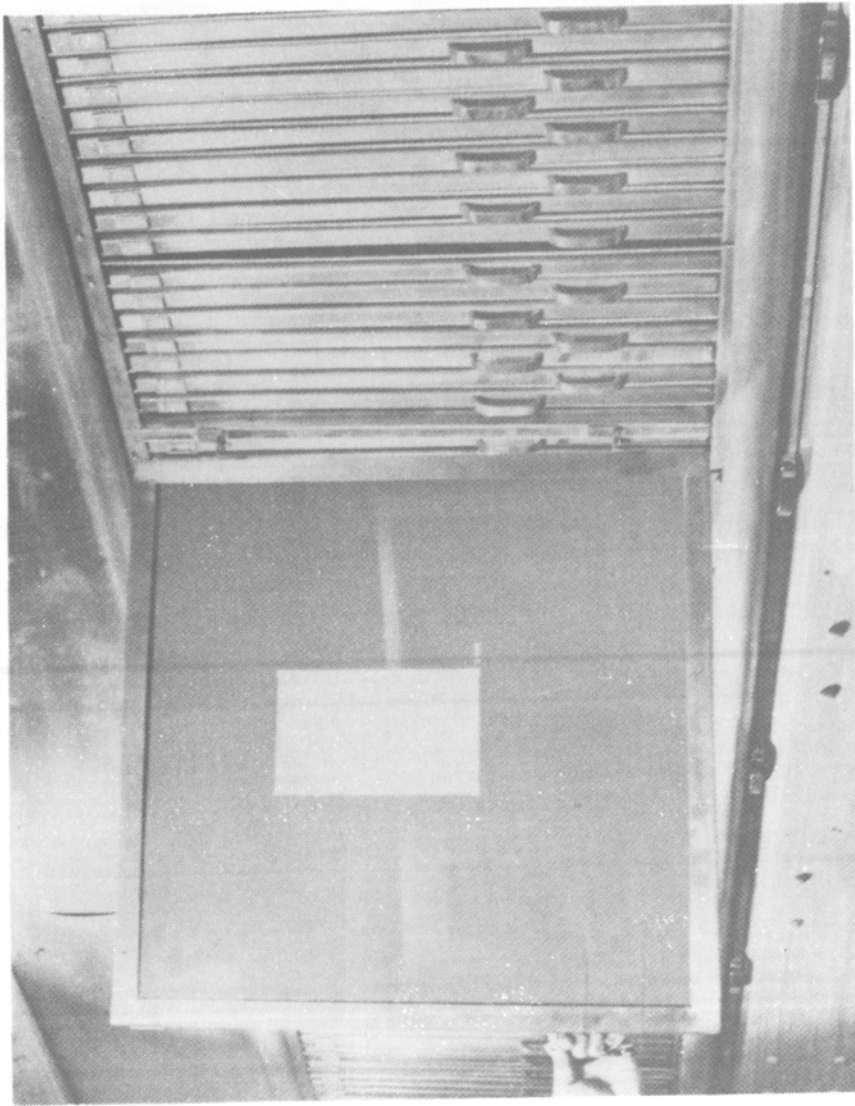


Foto 4

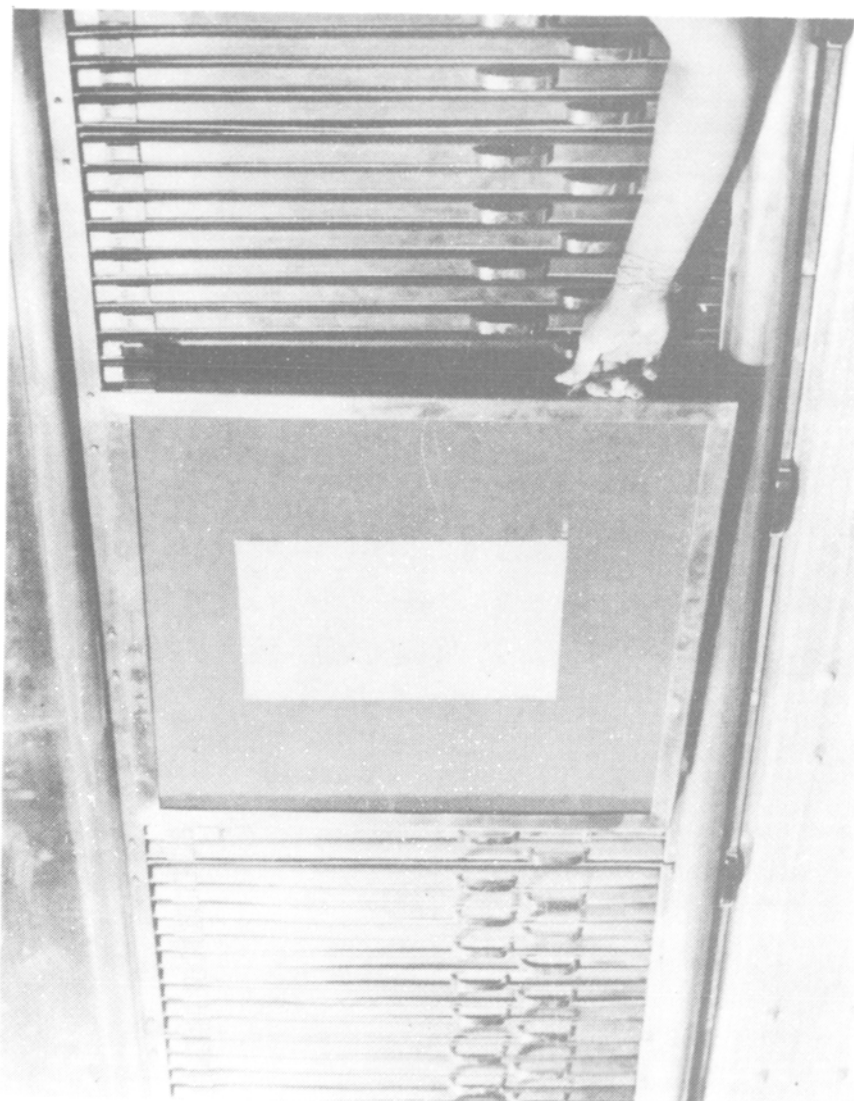


Foto 5

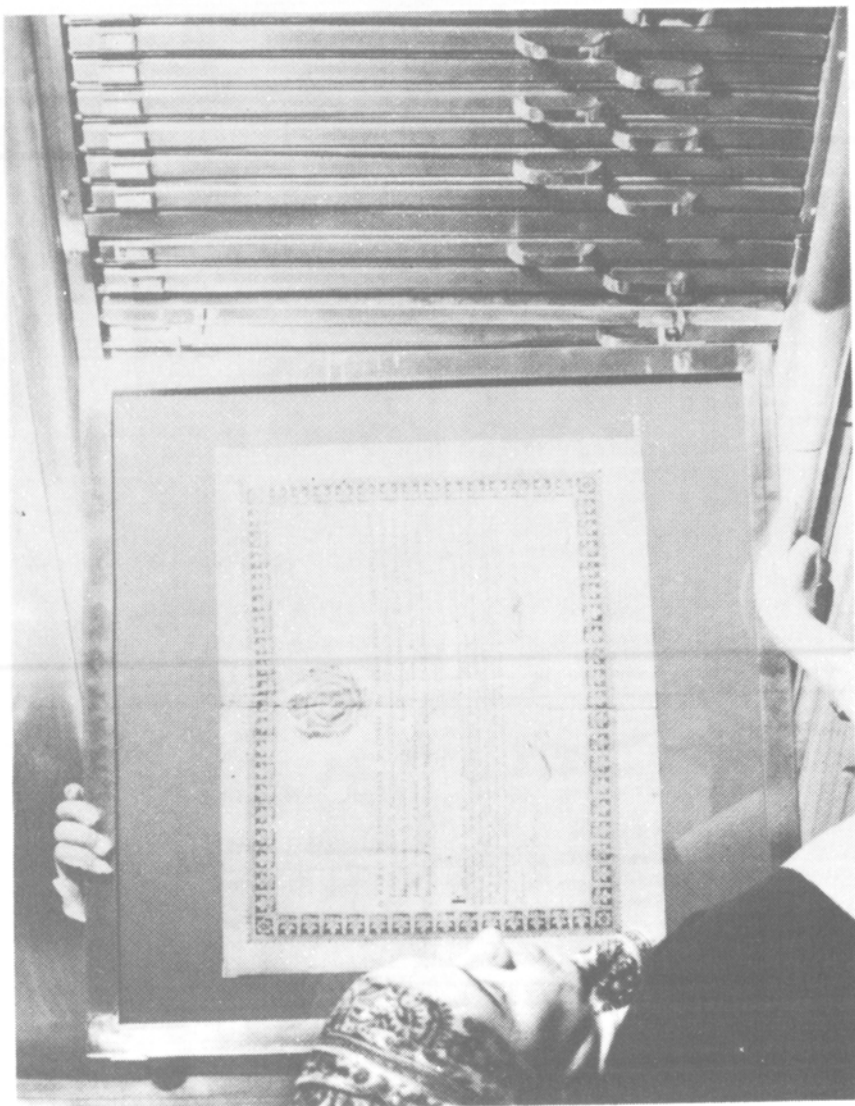


Foto 6



Foto 7

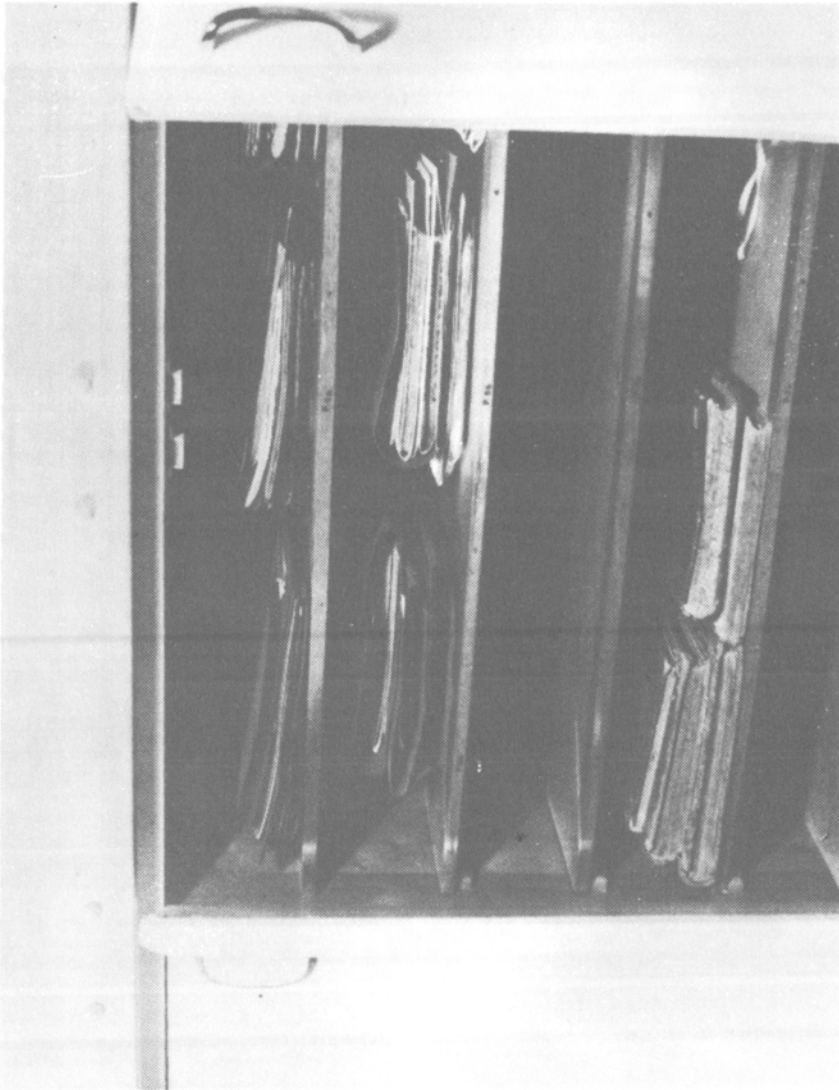


Foto 8

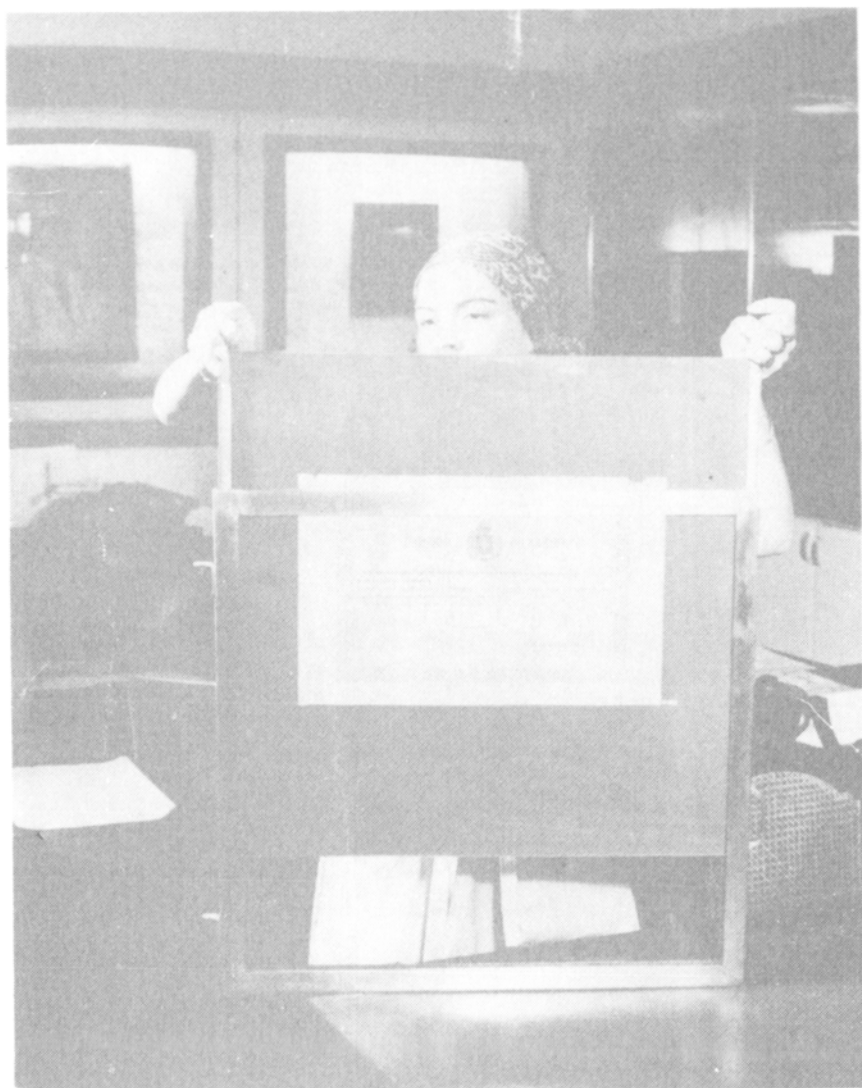


Foto 9

I – Entende-se por *ICONOGRAFIA* toda a parte referente a imagens: retratos de Patronos e Acadêmicos, individuais ou em grupo, fotografias, desenhos, gravuras, etc.

II – Entende-se por *DIPLOMA*:

1. Título ou documento oficial pelo qual se confere um cargo, dignidade, mercê ou privilégio.

2. Título que afirma as habilitações de alguém ou confere grau.

III – Entende-se por *DOCUMENTO*: manuscritos e impressos revestidos de caráter oficial: ofícios, nomeações, estatutos, regimentos, etc. Foi adotado, no Arquivo, um critério especial de seleção para os documentos dos Acadêmicos.

1. Que o documento pertença a um acadêmico já falecido.

2. Que o documento não seja comum a todos os acadêmicos.

3. Que o documento tenha valor histórico, pelo conteúdo ou pela assinatura.

4. Que o documento tenha valor de raridade, ou que tenha tiragem de poucos exemplares.

5. Que o documento seja manuscrito original, isto é, que não seja fotocópia ou fotografia; caso o documento não seja original, mas tenha valor histórico, ou que complete o sentido de um outro original, deverá participar fisicamente do Arquivo.

IV – Entende-se por *CORRESPONDÊNCIA*: comunicações particulares, escritas a mão ou à máquina: cartas, bilhetes, cartões postais, etc.

V – Entende-se por *TRABALHOS*: a produção científica ou literária, manuscrita ou impressa, relacionada direta ou indiretamente com a Academia e que se revista do caráter de raridade.

Um exemplo são os trabalhos apresentados em Congressos ou concorrentes a Prêmios Acadêmicos.

Para os trabalhos de tese, foi aberto um fichário especial, na Biblioteca da ANM.

VI – Entende-se por *MISCELÂNEA* todos os documentos que não tenham uma definição precisa dentro do Arquivo: gráficos, programas de conferências e congressos, menus, etc. Escolheu-se essa denominação por ser a usada em Biblioteconomia e Arquivologia para materiais diversos.

Visando dar efetivamente ao Arquivo da ANM maior racionalidade foram projetadas e executadas fichas especiais, escolhendo-se para cada categoria de documento uma cor que é a mesma usada na identificação dos trainéis.

VII – Entende-se por *HEMEROTECA* jornais em recortes ou inteiros.

2.2.2. Classificação

A classificação do acervo não obedeceu a nenhuma tabela existente:

Observou-se o seguinte critério:

- letra(s) indicando o tipo de material
- número do registro

- número do trainel ou armário onde se encontra o material
- face ou prateleira dentro, respectivamente do trainel ou armário, onde está arquivado o material.

Na categoria Iconografia, a série dos 100 primeiros números corresponde aos Patronos das cadeiras da Academia Nacional de Medicina.

2.2.3. Catalogação

A catalogação foi bastante simplificada, inserindo-se elementos necessários à complementação da informação, dependendo do tipo de material catalogado. Temos então:

2.2.3.1. *Iconografia* – I

Quando for retrato:

- entrada pelo último sobrenome, (em caixa alta) seguido do prenome do retratado
- evento a que a fotografia se refere
- quando existe o dado, o nome de quem doou e a data da doação
- quando existir, o nome de quem executou o trabalho.

Quando não for retrato:

- entrada pelo nome da Entidade ou a quem pertenceu, pelo último sobrenome em caixa alta seguido do prenome
- assunto a que se refere
- quando existe o dado, o nome de quem doou e a data da doação
- quando existir, o nome de quem executou o trabalho.

2.2.3.2. *Diplomas* – Di

- entrada pelo último sobrenome (em caixa alta) seguido do prenome do diplomado
- motivo a que se refere, indicando, quando o dado existe, o órgão ou entidade, que o conferiu, local e data.

2.2.3.3. *Documentos* – Do

- entrada pelo nome da instituição ou pessoa autora do documento, pelo último sobrenome (em caixa alta) seguido do prenome
- assunto a que o documento se refere, indicando, quando o dado existe, o local e a data do mesmo
- número de páginas quando o documento possui duas ou mais páginas
- indicação na ficha no canto inferior à direita se o documento é manuscrito através de abreviação Mss.

2.2.3.4. *Correspondência* – C

- entrada pelo último sobrenome (em caixa alta) seguido do prenome do autor da correspondência
- a quem é endereçada e o assunto a que a correspondência se refere. Indicação, quando o dado existe, do local e data da correspondência.

- indicação na ficha, no canto inferior à direita, se a correspondência é manuscrita através da abreviação Mss
- Ficha Remissiva entrando pelo destinatário e remetendo ao autor da correspondência.

2.2.3.5. *Trabalhos* – T

- entrada pelo último sobrenome (em caixa alta) seguido do prenome do autor
- título do trabalho, indicando, quando o dado existe, o local e data de sua publicação ou elaboração
- número de páginas, e se é ilustrado, através da abreviação *ilust.*
- indicação na ficha no canto inferior à direita, se o trabalho é manuscrito através da abreviação Mss.

2.2.3.6. *Miscelânea* – M

Neste tipo de material, pela sua diversidade, a catalogação é específica para cada tipo de material, adotando-se as mesmas características de simplicidade. A classificação obedece ao mesmo critério já utilizado.

2.2.3.7. *Hemeroteca* – H

Ficha principal

- entrada pelo título do jornal, local e data de publicação
 - título do artigo
 - número de páginas (quando for o caso)
 - pista contendo autor (quando houver) e assunto
- Ficha secundária de autor (quando houver)
- entrada pelo último sobrenome (em caixa alta) seguido do prenome do autor
 - título do jornal, local e data da publicação
 - título do artigo
- Ficha secundária de assunto.
- entrada pelo assunto (em caixa alta)
 - título do jornal, local e data da publicação
 - título do artigo
 - as fichas secundárias de assunto serão tantas quantos forem os assuntos contidos no artigo.

2.2.4. Organização do fichário

Foi adotado o sistema de divisão por tipo de material, sendo o arranjo dentro de cada seção por ordem alfabética.

Há um fichário que substitui o livro de tomo.

É dividido por categoria de material, por ordem seqüencial de número de registro, onde é indicado:

- localização
- entrada utilizada na ficha catalográfica correspondente
- assunto a que se refere

Exemplos de fichas catalográficas

TRAINEL 15
FACE B ICONOGRAFIA
REGISTRO I-090

CRUZ, Oswaldo Gonçalves.
Retrato do Patrono da Cadeira de nº 90 da ANM.
Doação do Acad. Osolando Jiudice Machado. 28/09/1967.

Arquivo Academia Nacional de Medicina

TRAINEL 18
FACE B ICONOGRAFIA
REGISTRO I-105

CRUZ, Oswaldo Gonçalves.
Retrato de grupo, onde aparecem Oswaldo Cruz, Otto Maia,
Parreiras Horta, e outros.
Doação do Dr. René Laclete.

Arquivo Academia Nacional de Medicina

TRAINEL 32
FACE A DIPLOMAS
REGISTRO Di-015

COUTO, Miguel de Oliveira.
Diploma da Universidade Nacional de Buenos Aires, elegendo-o
Acadêmico Honorário. Buenos Aires, 09/08/1917.

Arquivo Academia Nacional de Medicina

TRAINEL 46, 47, 48, 49
FACE AB DOCUMENTOS
REGISTRO Do-001a

SOCIEDADE DE MEDICINA DA CORTE
Primeira redação do Estatuto da Sociedade. Rio de Janeiro,
15/01/1830. 14p.

Mss. .

Arquivo Academia Nacional de Medicina

TRAINEL 146
FACE A CORRESPONDÊNCIAS
REGISTRO 043

ABREU, Manoel Dias de.

Carta a Clementino Fraga, desculpando-se por não ter comparecido à ANM quando lhe prestaram merecida homenagem. Rio de Janeiro, 22/07/1943.

Mss. .

Arquivo Academia Nacional de Medicina

TRAINEL
FACE CORRESPONDÊNCIAS
REGISTRO

FRAGA, Clementino.

ver

ABREU, Manoel Dias de

Arquivo Academia Nacional de Medicina

ARMÁRIO 2
PRATELEIRA 5b TRABALHOS
REGISTRO T-018

ALMEIDA, Octaviano.

Da Compressão Circular Após à Ligadura Arterial dos Membros.
Rio de Janeiro, 1929.

41 p. . ilustr. .

Anotações Mss. .

Arquivo Academia Nacional de Medicina

Exemplo de ficha de registro

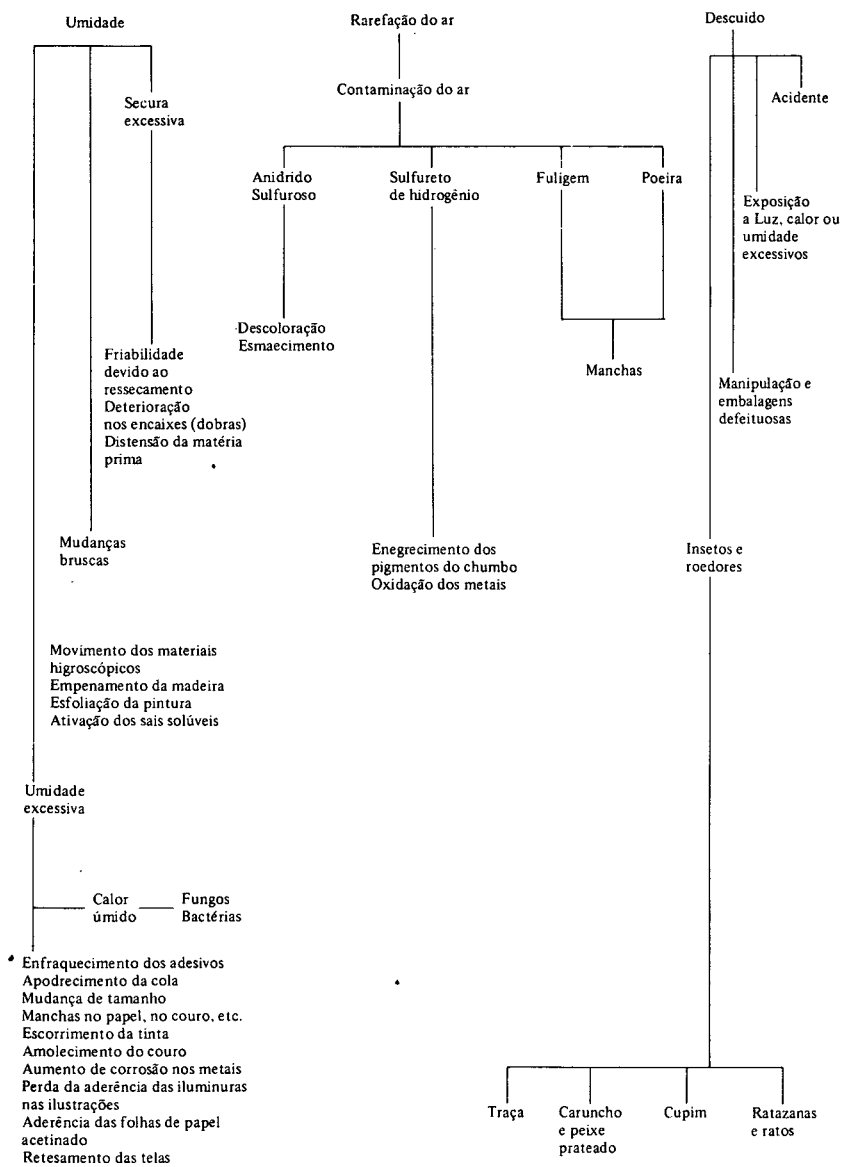
TRAINEL 32
FACE A DIPLOMAS
REGISTRO Di-015

COUTO, Miguel de Oliveira.

Diploma da Universidade Nacional de Buenos Aires, elegendo-o Acadêmico Honorário.

Arquivo Academia Nacional de Medicina

CAUSAS DE DETERIORAÇÃO¹



1. De Plenderleith, 1967, p. 17

Figura 2

A influência do meio ambiente
Temperaturas e umidades relativas
máximas e mínimas

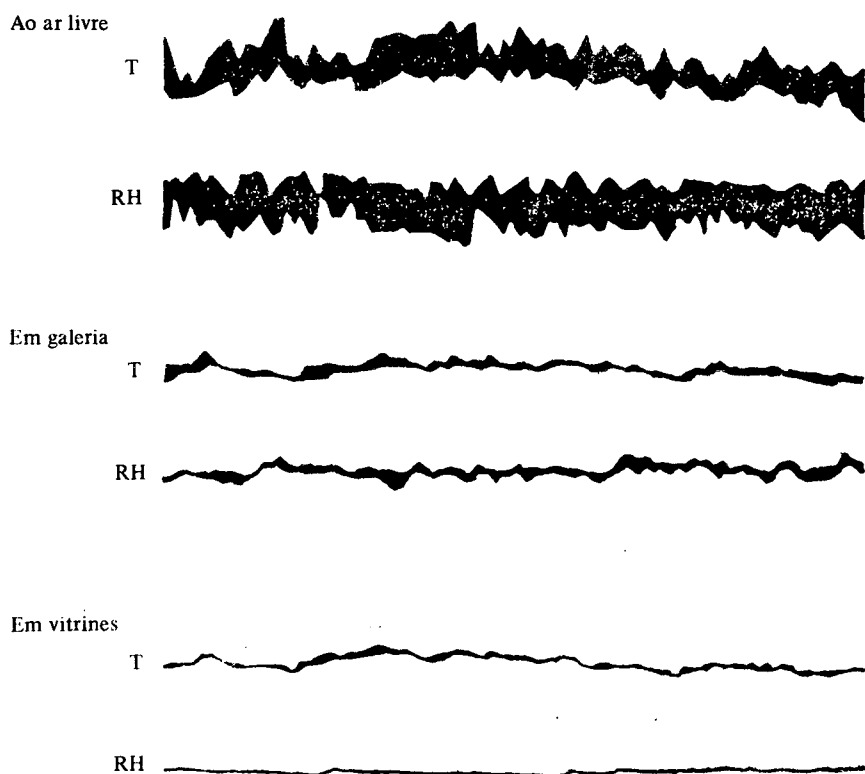


Figura 1

As variações são consideravelmente reduzidas, quando medidas em galerias, isto é, em recintos fechados; dentro de vitrines, são tão pequenas que a umidade relativa é praticamente constante. (Figura 1)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. *À Glória da Sciencia médica brasileira* /s.n.t./ 749p.
- BOLETIM DA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. Rio de Janeiro, v. 131, jul. 1959 jun. 1960.
- O ENSINO MÉDICO NO BRASIL. In: FONSECA, Olympio da – *Em torno da medicina*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1933. p. 195-217
- NASCIMENTO, Alfredo. *O Centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, 1829-1929; primórdios e evolução da medicina no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1929. 254p.
- PLENDERLEITH, U.J. *La conservación de antigüidades y obras de arte*. Valencia, I.C.C.R. /1967/ 423p.
- REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes; termos técnicos e matérias afins*. /Rio de Janeiro/ Fundo de Cultura /c1962/ 579p.
- SOCIEDADE DE MEDICINA. Rio de Janeiro. *1º livro das actas da Soc. de Med. do Rio de Janeiro, 1829-33*. 226 f. Mss.
- UNESCO. *The conservation of cultural property*. /Paris, 1968/ 341p. ill.

PERGUNTAS À SRA. AUTA ROJAS BARRETO

1) *Maria Luiza F. Busse* (V.O. 3ª da Penitência): Qual o inconveniente do trainel de madeira?

R.: Para nós da Academia o trainel de madeira pareceu inconveniente tendo em vista o fator umidade. Considerando, entretanto, que a Academia está situada na Av. General Justo em frente ao Aeroporto Santos Dumont no 9º andar, de frente para toda a entrada da baía, verifica-se por isso um problema incontrolável de umidade. Chegamos portanto à conclusão de que o uso de madeira, num prédio nessas condições, seria um pouco temerário.

Partimos então para a escolha do metal. Quanto à opção entre o ferro, alumínio ou aço inoxidável foi exclusivamente do Presidente da Academia, Prof. Leme Lopes, na época em que o trabalho foi feito. Achou ele que o aço teria uma durabilidade maior embora fosse bem mais caro.

Esse foi um ônus com que a Academia achou por bem arcar, inclusive por se tratar de um trabalho praticamente pioneiro.

2) *Célio José de Oliveira* – RJ : Houve colaboração financeira muito grande para esse maravilhoso trabalho? A equipe foi numerosa?

R.: Em termos de trabalho efetivo a equipe não foi tão numerosa assim. A colaboração realmente existiu mas o trabalho inicial foi feito por mim, pela Julieta e pela Tânia, aqui presentes. Recebemos depois a ajuda de Iara, que é a chefe da Biblioteca. Em relação a esse assunto acho importante ressaltar aqui a palestra do Prof. Caetano Dias quando abordou o tema da união entre arquivos, bibliotecas e museus.

Nós da Academia vivemos o problema. O início do trabalho foi feito apenas por museólogos; depois à nós se incorporaram pessoas com formação de Arquivo e Biblioteca e pudemos então aprimorar o serviço. Atualmente, nessa reformulação que estamos fazendo muita coisa do acervo do Museu teve que passar para o Arquivo, como por exemplo os Estatutos da Academia; muitas separatas de revistas que estavam no arquivo foram para a Biblioteca. Portanto, essa linha tênue que delimita o campo do documento foi para nós um problema concreto que só se resolveu com a centralização; houve uma interligação ficando a coordenação a meu cargo e pudemos fazer então um trabalho de muito maior porte e eficiência.

Quanto ao apoio financeiro, efetivamente houve. A Academia é uma entidade particular, civil e com renda própria. Ela é proprietária de todo o edifício em que se localiza ocupando apenas 3 (três) pavimentos e alugando o resto. Tem portanto uma certa flexibilidade de orçamento, não dependendo de verbas federais.

3) *Maria Laura Menezes* (Arquivo Joaquim Nabuco Recife): Poderia fornecer indicações precisas para melhor apreciação ou mesmo aquisição de modelo idêntico dos trainéis?

R.: Não poderia porque esse trabalho foi feito a partir de “slides” que eu pessoalmente tirei dos Museus Postais. Conseguimos que uma firma brasileira,

especializada em material de aço inoxidável (uma vez que a Academia se decidiu pelo aço inox) aceitasse a fabricação.

Essa firma, entretanto, fabrica boxes para banheiro, pias para cozinha etc. Foi portanto uma criação quase que exclusiva.

Eu mesma projetei os “slides” para eles; fizemos juntos os croquis; enfim, fizemos quase que um protótipo.

Não tendo sido uma produção industrial, eu pessoalmente me coloco à disposição dos interessados para esclarecimentos ou ajuda.

4) *Katia Silva* (Bahia): Segundo pude entender nem todos os documentos estão arquivados em trainéis. Onde se arquivam tais documentos?

R.: Nas prateleiras localizadas abaixo dos trainéis. Cada documento fica numa pasta especialmente preparada para ele, do mesmo papel usado, para fazer o fundo dos trainéis para termos inclusive uma unidade estética.

5) *Manoel Lelo Bellotto* : Todo esse acervo documental da Academia Nacional de Medicina está aberto a todo e qualquer tipo de pesquisador e em caso afirmativo, quais as formalidades para que se tenha acesso a ele?

R -- Não há praticamente nenhuma formalidade. Estamos abertos das 14 às 18:30 horas. O único problema no momento é que o andar inteiro está em obras. O Arquivo está, por assim dizer, pronto. Está sendo concluída a parte das fichas. Falta o toque final apenas. Não há portanto formalidade nenhuma. A pessoa chegando se apresenta, diz de que pesquisa necessita e nós temos uma equipe disposta a atender ao pesquisador dentro de nossas possibilidades.